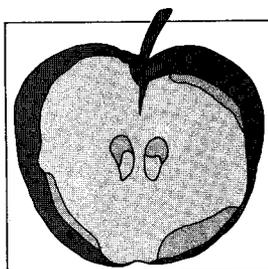


FEMINISMO NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR

Cynthia Sarti

Da Fundação Carlos Chagas

A primeira versão deste texto foi feita originalmente para o UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para a Mulher), como parte de uma consultoria sobre a mulher brasileira.



RESUMO

Este artigo busca trilhar os caminhos particulares do movimento de mulheres no Brasil (a partir dos anos 70), do qual o feminismo é uma das facetas. A análise considera as características da sociedade brasileira, fundamentalmente desigual, e o contexto de autoritarismo político, onde emergiu o movimento. Este adquire, assim, feição própria, tendo um caráter inter-classes e uma forte tendência política, em detrimento das questões mais específicas da mulher. Estas ganham espaço posteriormente, nos anos 80, início do processo de redemocratização.

SUMMARY

This article follows the paths of the women's movement in Brazil (from the seventies on), considering feminism as one of its manifestations. The analysis takes into account the particular feature of an essentially unequal society such as the Brazilian one and the context of political authoritarianism from where the movement emerged. This social and political context shaped its singular form: it is an inter-class movement and it has a strong political tendency which contributes to leave the specific questions of women behind. Those issues came to the light later, in the beginning of the eighties when the process of redemocratization began.

Reflexo da própria condição da mulher, cuja unidade enquanto gênero é recortada por outras referências fundamentais de sua identidade (etnia, classe social etc.), o movimento de mulheres no Brasil – do qual o feminismo é uma das facetas – teve sobretudo um caráter inter-classe (Schmink, 1981). Sua composição heterogênea remete diretamente às especificidades da sociedade brasileira, sua forte pluralidade interna e ao contexto político mais amplo onde se desenvolveu¹.

É traço característico desta sociedade a desigualdade marcante na distribuição de seus recursos e de sua riqueza. Essa divisão cria um setor economicamente privilegiado e culturalmente propenso a inovações, um pólo moderno. Este pólo concentra-se nos grandes centros urbanos, com uma demanda de consumo material e cultural próxima à de qualquer grande cidade dos países industrializados. Do outro lado está a maioria da população: os aliados dos benefícios do crescimento econômico altamente concentracionista. São os habitantes das periferias urbanas e das áreas rurais.

A realidades tão distintas correspondem evidentemente demandas muito diversas. Nas periferias urbanas reivindica-se o atendimento às necessidades básicas: água, luz, esgoto, asfalto, saúde, educação. Essa população carente que vive nas grandes cidades, embora excluída de seu conforto, está exposta à modernidade que as caracteriza. Pode usufruir de seus serviços, de suas redes de atendimento público. A ela é dada a possibilidade de reivindicar – enquanto moradores – seus benefícios. As mudanças nos padrões de comportamento, impulsionadas pelos setores mais modernos e privilegiados repercutem nos diferentes grupos urbanos, pobres e ricos, periféricos e centrais, adaptando-se às especificidades de cada um.

A coexistência, nos meios urbanos mais desenvolvidos, de um pólo moderno com uma população carente das necessidades mais básicas configura a complexidade e a heterogeneidade das demandas sociais do país. O feminismo começou e encontrou um campo fértil entre as camadas médias urbanas, mais propensas às ideologias individualistas e às mudanças de comportamento. Ecoou enquanto uma proposta radical de politizar o privado, repensar e reinventar as relações mais fundamentais, na família, no dia-a-dia, nos hábitos mais naturalizados. Mas desenvolveu-se segundo as circunstâncias locais, tornando-se um movimento com características próprias, procurando considerar a heterogeneidade da situação da mulher brasileira.

Diferentes condições materiais fundamentam perspectivas políticas muito distintas. No caso das mulheres, relacionam-se ainda aos diferentes significados que têm em suas vidas o trabalho remunerado, a família, o trabalho doméstico e o cuidado das crianças. Para as mulheres das camadas populares, os papéis familiares de mãe e dona-de-casa têm um peso muito maior do que o trabalho remunerado na sua autodefinição, na constituição de sua identidade social. Sua vida cotidiana é demarcada por suas atividades domésticas, fortemente ligadas às relações de vizinhança. Para as mulheres das camadas médias, com um grau de instrução mais elevado e algum nível de formação profissional (ainda que discriminadas com relação aos homens), o trabalho doméstico é visto, so-

bretudo, como opressivo, embrutecedor. Seus recursos permitem, por outro lado, contratar empregadas domésticas, que as substituem, pelo menos parcialmente. Nestas circunstâncias, sua opção por uma atividade profissional tem maiores chances de ser gratificante e o peso do referencial doméstico, embora forte, tende a ser contrabalançado pelo trabalho remunerado.

É evidentemente diferente o significado do trabalho remunerado para quem “escolheu” sua profissão e a vive como realização de um projeto individual e para quem vive sem escolhas, premido pelas poucas alternativas de uma condição social desfavorecida. Escolher e cumprir a sina são representações que traduzem as diferenças estruturais de classe.

A presença de empregadas domésticas na casa de grande parte das famílias das camadas médias e altas é uma particularidade brasileira, para não dizer latino-americana. Este fato influi decisivamente nas possibilidades de uma parcela da população feminina e reflete os limites da outra. Contribui também para atenuar os conflitos entre o homem e a mulher potencializados pela sobrecarga de trabalho doméstico (Cardoso, 1983).

A modernização da mulher brasileira a partir dos anos 60 – sua adesão aos valores individualistas modernos, incluindo o uso de métodos anticoncepcionais, o recurso à psicanálise; seu acesso à educação superior; sua incorporação ao mercado de trabalho² etc. – deu-se numa sociedade altamente hierarquizada em termos de classe, raça e gênero, reproduzindo estas diferenciações. A inde-

1 Esta análise do movimento de mulheres incide apenas sobre suas manifestações contemporâneas (a partir da década de 70), o que não quer dizer que seja esta a única época que as mulheres se mobilizaram no Brasil. Manifestações feministas foram registradas em conexão com a campanha abolicionista no século passado. No começo deste século, a luta pelo direito de voto trouxe as mulheres para a arena pública, embora entre nós o movimento sufragista não tivesse adquirido, em momento algum, o caráter de massa observado nos EUA ou Inglaterra (Alves & Pitanguy, 1982).

Conquistado primeiramente em alguns estados, o direito de voto às mulheres foi consagrado pelo Código Eleitoral, promulgado em 1932, por Getúlio Vargas. Em seguida, como em outros países que conheceram o movimento sufragista, houve um refluxo do movimento de mulheres. Além disso, a conjuntura política favorecia sua inibição. A partir de 1937, início do Estado Novo, proibem-se todas as manifestações populares. Com a redemocratização do país, em 1945, as mulheres participaram significativamente das grandes campanhas nacionais: pela anistia, pela nacionalização do petróleo, pela paz mundial. Ainda que sem qualquer coloração feminista, essas lutas marcaram a presença da mulher na vida pública.

Quando eclodiu o golpe militar de 1964, nova onda de repressão tomou conta do país, coibindo a mobilização popular (às vésperas do golpe, foi a vez de as mulheres defensoras do *status-quo* saírem às ruas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em favor do golpe militar).

A oposição ao regime mobilizou mulheres em passeatas, manifestações, atos públicos e, sobretudo depois de 1968, nas organizações clandestinas. O ano de 1975 marca o reinício do movimento de mulheres.

2 O Censo Demográfico, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) registrou pouco mais de 6 milhões de mulheres economicamente ativas em 1970 (equivalentes a 20,7% da população economicamente ativa – PEA), passando para 12 milhões em 1980, correspondendo a 27,4% da PEA.

pendência feminina tem a marca de sua classe e de sua cor. Os recursos e oportunidades oferecidos às mulheres beneficiaram principalmente as regiões mais desenvolvidas do país, o sudeste, mais branco, mais urbano. A existência da empregada doméstica é parte integrante deste contexto hierárquico. Vale ressaltar que é alta a incidência de empregadas domésticas negras. Herança da escravidão, há uma associação direta entre raça negra e profissões desqualificadas.

A empregada doméstica, que facilitou um processo de "liberação" vivido por outras mulheres, suas patroas, não ficou imune a este processo. O emprego doméstico ainda é a ocupação que mais absorve mulheres no país³. Mas os tempos são outros. Nem a patroa, nem a empregada são as mesmas, pelo menos nos grandes centros urbanos (essa relativização é sempre necessária neste país heterogêneo). A patroa trabalha fora (as novas oportunidades do mercado de trabalho atingiram sobretudo as mulheres instruídas, que por definição estão numa faixa de renda relativamente alta), não controla a casa com a mesma eficiência de suas avós e a gere a partir de novos padrões de organização doméstica. A empregada doméstica não se comporta mais como antigamente. Age mais profissionalmente. Define-se mais como força de trabalho do que como parte agregada da tradição familiar brasileira (Freyre, 1980 e Cândido, 1951). Reivindica seus direitos trabalhistas, que pela lei brasileira não são iguais aos dos outros trabalhadores. A desigualdade, hoje, se reproduz em novos termos.

UMA TRAJETÓRIA PARTICULAR

Iniciado nas camadas médias, o feminismo expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares, num movimento circular de mútua influência. As feministas que se organizaram no país, vinculadas em sua maioria às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, dando à sua atuação uma coloração própria. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, referidas também a mudanças no comportamento sexual e nos padrões de reprodução e fecundidade.

O vínculo do feminismo com as camadas populares envolveu uma delicada interação com a Igreja católica⁴, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar.

No Brasil, a Igreja católica, dominante em todo o país (apesar da expansão cada vez maior das seitas não-católicas, sobretudo as pentecostais, mas também as de origem africana, como o candomblé, e ainda o freqüente sincretismo de seitas), está longe de ser monolítica. Sua fração conservadora convive com uma ala progressista, adepta da Teologia da Libertação. Por inspiração desta Teologia, desenvolveu-se um amplo trabalho comunitário com as populações pobres, a partir dos anos 70, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) constituindo um importante foco de resistência ao autoritarismo vigente no país.

As organizações femininas nos bairros pobres nascem e ganham força como parte desta linha de trabalho

pastoral. Isto colocou o feminismo e a Igreja em constante enfrentamento, na busca de hegemonia nos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, a esquerda e a Igreja, todos navegando contra a corrente do regime autoritário.

Os possíveis desacordos eram evitados, pelo menos publicamente. As questões que implicavam uma confrontação com a Igreja – por exemplo, aborto, sexualidade ou planejamento familiar – permaneceram no âmbito privado discutidas em pequenos grupos, mas sem expressão pública.

A atuação da Igreja, no que se refere à perspectiva feminista, sempre teve limites claros. Os vínculos comuns às suas diversas facções – em especial a obediência à hierarquia eclesial, que tem no sumo pontífice sua autoridade máxima – levam a uma política de avanços e recuos, onde, em última instância, prevalece a rigidez dos princípios, nem sempre observável na prática cotidiana, naquele "trabalho de formiguinha", de seus representantes mais progressistas. Isto explica a unanimidade em torno de questões relativas à moral sexual, como a condenação em bloco do aborto, do divórcio e do planejamento familiar.

As análises das organizações femininas de base esclarecem sobre as possibilidades e limites da forte influência da Igreja católica na vida cotidiana das mulheres, que são a maior parte da clientela das comunidades religiosas do país. Chiriac e Padilha (1982) mostram que os interesses da Igreja enquanto instituição, se sobrepõem aos das mulheres, dificultando as discussões que contrariem sua concepção das relações entre os sexos. Alvarez (1986) analisa como a hegemonia da Igreja nas organizações populares circunscreve o conteúdo e a direção política da "conscientização" das mulheres das camadas populares. Moraes (1985) explicita estes limites quando comenta que os Clubes de Mães refletem tanto a concepção evangélica da Teologia da Libertação, quanto os preceitos da ortodoxia católica a respeito da família, promovendo a participação da mulher na vida comunitária, mas, ao mesmo tempo, reforçando sua permanência nos papéis familiares tradicionais.

Outro traço que marca a diferença do feminismo no Brasil, pelo menos com relação aos países europeus, é o próprio caráter dos movimentos sociais nos dois contextos, como argumentam Costa *et alii* (1985). Os movimentos sociais que surgem na história política europeia, a partir de fins da década de 60 têm uma forte conotação cultu-

3 O Censo Demográfico de 1970 revela que as empregadas domésticas equivalem a 31,3% do total das mulheres economicamente ativas. Dez anos mais tarde, entretanto, tornaram-se a categoria profissional feminina que sofreu mais drástica redução relativa, passando a representar 20% do total das mulheres economicamente ativas (Bruschini, 1985).

4 A análise do tema mulher e religião está em Moraes (1978); o trabalho de Alvarez (1986) também salienta a intrincada relação do feminismo com a Igreja católica. Dentro da Igreja, há a voz discordante da freira Maria José Fonteneles Rosado Nunes (a irmã Zeca), cujo trabalho tem se voltado sistematicamente para a análise e o questionamento do papel da mulher na Igreja católica, tanto no que se refere à sua concepção de mulher, quanto à condição das religiosas em seu interior (ver, por exemplo, Nunes, 1985).

ral, questionando os valores da sociedade industrial, buscando mostrar que nem tudo está bem quando as necessidades básicas estão garantidas. Em sua atuação, contrapõem-se ao Estado, pondo em questão a noção de bem-estar social.

No Brasil, os movimentos sociais urbanos são organizados com base local, enraizando-se na experiência cotidiana de seus protagonistas, os moradores das periferias. Têm como característica básica a reivindicação de melhor distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana e dos bens de consumo coletivos. Dirigem sua ação ao Estado, enquanto agente promotor do bem-estar social. Asfalto, luz, água ou esgoto são palavras de ordem sem sentido em sociedades com um mínimo de conforto social assegurado. Aqui, tornaram-se objeto fundamental das reivindicações femininas (Costa *et alii*, 1985). Essa forma de participação das mulheres em movimentos de bairro tem como referência o mundo da reprodução – incluindo a família e suas condições de vida – que caracteriza a forma básica de identificação social tradicionalmente atribuída à mulher. É o referencial de sua existência, o que as move politicamente.

O feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina. Associava-se feminismo a uma oposição homem X mulher, que nunca existiu de forma radical em suas manifestações no Brasil. A imagem feminismo X feminino repercutiu inclusive internamente, no movimento de mulheres, dividindo seus grupos, como autodenominações excludentes. A autodenominação feminista implica a convicção de que os problemas específicos à mulher não serão resolvidos com a mudança da estrutura social, mas necessitam tratamento especial. O feminismo brasileiro desenvolveu-se interligando os grupos de camadas médias e os movimentos populares. Contribuía para isso sua estreita ligação com as lutas democráticas em oposição ao regime militar.

No contexto de autoritarismo que marcou o início do movimento, os problemas “gerais” da sociedade eram prioritários em relação aos problemas “específicos” das mulheres. E as mulheres trabalhadoras tinham prioridade sobre as outras – marcas da vinculação do movimento com a esquerda marxista.

As questões feministas ganham espaço quando o processo de “abertura” política se consolida no país. Grande parte dos grupos declaram-se abertamente feministas e abre-se espaço tanto para a reivindicação ao nível das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre a condição específica da mulher. Os conflitos e desacordos tanto com a Igreja católica, quanto com alguns setores da esquerda, conservadores no que se refere à moral sexual, foram se explicitando mais abertamente.

Nesta multiplicidade de formas e orientações, o feminismo brasileiro se diferenciou, ainda, pela busca de alguns de seus setores de influenciar as políticas públicas,

não só como grupo de pressão, mas pela utilização de canais institucionais criados dentro do próprio Estado.

OS PRIMEIROS PASSOS

O Ano Internacional da Mulher, 1975, decretado pela ONU, é o marco inicial da atual mobilização de mulheres no país. Ainda era um momento de forte censura e repressão políticas, embora já houvesse passado o pior período depois do golpe de 1964, que começou em 1968 com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), abolindo por prazo indeterminado, os limites constitucionais à ação governamental, fechando o Congresso e conferindo ao executivo autoridade para exercer uma série de poderes excepcionais. Foi a época mais dramática dos seqüestros, exílios, desaparecimentos e torturas, onde os delegados da censura e os agentes dos serviços secretos tornaram-se fantasmas cotidianos e todo cidadão era, em princípio, suspeito de algum delito contra a segurança nacional. A luta oposicionista estiolou-se, restando-lhe como espaço de resistência a clandestinidade.

A partir de 1974, com a sucessão presidencial, inaugurou-se um período de mudanças, ainda que parciais e limitadas, conhecido como o projeto de “distensão lenta e gradual” do presidente Geisel. Agravam-se as consequências do “milagre econômico”. A perda do poder de compra da maior parte da população, a concentração da renda e a inflação apagavam a euforia dos anos anteriores e contribuíam para o crescimento da insatisfação diante das desigualdades. Manifestou-se o descontentamento popular pelo único meio disponível, as eleições parlamentares de 1974, com uma expressiva vitória do partido de oposição (MDB) sobre o da situação, a ARENA (desde 1964, fora implantado o sistema bipartidário).

Neste período, em que o movimento feminista já se manifestava amplamente a nível internacional, entre nós ensaiavam-se os primeiros passos. Havia interesse e curiosidade pelo assunto, expresso em entrevistas e artigos, publicados principalmente na imprensa chamada alternativa. Grupos de reflexão começavam a se formar. A conotação geral de feminismo na época, entretanto, ainda era de algo alheio à nossa realidade, preocupação pequeno-burguesa.

O Ano Internacional da Mulher foi particularmente importante porque serviu de pretexto para discussão e organização das mulheres, num contexto em que os canais de participação política estavam fechados. As comemorações do Ano abriram caminho para os primeiros agrupamentos coletivos femininos, vinculados em sua grande parte aos partidos e organizações de esquerda (clandestinos nessa época). Deram origem ao *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira* (São Paulo) e ao *Centro da Mulher Brasileira* (Rio de Janeiro), que reuniram basicamente mulheres profissionais.

O movimento de mulheres começava a se tornar visível. A criação do *Movimento Feminino pela Anistia*, também em 1975, contribuiu significativamente para sua ampliação. Começou no estado do Paraná, depois foi transferido para São Paulo. Editou um jornal, o *Brasil Mulher* (de 1975 até 1980), criado em torno da bandeira da luta pela anistia e pela democracia, e que foi se voltando posterior-

mente para as questões colocadas pelo feminismo. Em 1976 (até 1978) surgiu outro jornal, *Nós Mulheres*, que se autodefinia feminista desde o início e junto com o *Brasil-Mulher* eram os porta-vozes do movimento. A partir de 1975 iniciaram-se as comemorações do 8 de março, Dia da Mulher, momento privilegiado de explicitação da questão da mulher e de aglutinação dos grupos existentes. Os eventos comemorativos tiveram significativa repercussão, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Salientava-se seu caráter unitário congregando todos os núcleos de mulheres, embora existissem clivagens que sempre permearam o movimento.

Os grupos feministas atuavam, como já vimos, junto a associações femininas de bairro: os Clube de Mães ou as Associações de Donas-de-casa, organizadas nos bairros pobres, ligados em sua grande parte à Igreja católica através da CEB (Comunidade Eclesial de Base). Existiam já desde o início da década de 60, agrupando mulheres que não exerciam atividades remuneradas fora de casa. Eram grupos de convivência onde as participantes desenvolviam atividade tipicamente femininas, como trabalhos manuais (tricô, crochê etc.) ou atividades religiosas (catecismo etc.). A partir de meados dos anos 70 assumem um caráter mais reivindicativo, voltando-se para a melhoria de suas condições de vida, em consonância com a linha pastoral que atuava em defesa dos pobres e oprimidos. Foi num dos Clubes de Mães da Zona Sul da cidade de São Paulo que teve origem em 1973, o *Movimento do Custo de vida*, um protesto contra a "carestia" que teve significativa repercussão a nível nacional.

Os grupos feministas interagiam ainda com as associações profissionais (de empregadas domésticas, por exemplo) ou com as mulheres sindicalizadas. A participação feminina em sindicatos, embora ainda seja baixa (em 1978, quando sua presença na PEA urbana era de 36,1%, sua participação no total de empregados sindicalizados era de 20,5%), aumentou na década de 70. Entre 1970 e 1978, a sindicalização feminina cresceu a uma taxa de 176%, enquanto a PEA feminina urbana teve um aumento de 123%, segundo dados de Gitahy *et alii* (1982). Essas autoras argumentam que o aumento da sindicalização feminina ajuda a explicar as iniciativas dirigidas às mulheres pelas direções sindicais, a partir de 1978. Nos últimos anos, cresce inclusive a participação feminina na direção sindical (Pena, 1986).

Além disso, desenvolve-se no atual sindicalismo brasileiro, a preocupação com a condição operária feminina, sobretudo a partir da realização de Congressos e Encontros de mulheres em categorias profissionais específicas⁵.

O FEMINISMO SE INSINUA

Ainda que os grupos que se autodenominavam feministas estivessem presentes na direção das comemorações unitárias do 8 de março, o tom feminista mal se fazia ouvir. Essa tendência foi se afirmando, através da definição de um sujeito para o feminismo que tornou-se dominante no quadro geral do movimento: a mulher trabalhadora. Discutia-se a desigualdade salarial, a dupla jornada de trabalho, a discriminação geral no mercado de trabalho.

Por esse caminho a questão da mulher foi se impondo. De um lado, havia uma estratégia: o trabalho feminino era um tema permitido e aceito por todas. Nos eventos conjuntos, a unidade deveria prevalecer. Isso significava evitar questões polêmicas, como aborto ou sexualidade (discutidas internamente em alguns grupos), sobretudo diante do grande aliado, a Igreja católica, que liderava as lutas de oposição. De outro lado, a ênfase na mulher trabalhadora vinda de uma tendência predominante no movimento feminista que acreditava ser essa mulher a agente principal da transformação feminista, aquela sobre quem recai uma dupla opressão, de classe e de gênero: Isso se explica pelo fato de o movimento feminista brasileiro ter se pautado pela ideologia marxista da esquerda brasileira e pela concepção, presente também no feminismo liberal, do trabalho remunerado como instrumento fundamental de libertação da dona-de-casa.

Havia, ainda, a conjuntura política que favorecia a aliança das mulheres democratas em face do autoritarismo vigente. Uma das principais questões unitárias, que deu origem a uma intensa mobilização coletiva (na verdade não fez mais do que aglutinar iniciativas isoladas) foi a creche. Trata-se de uma reivindicação generalizada: das trabalhadoras, das mulheres da periferia e das feministas (que vinham sobretudo das camadas médias e instruídas), embora por razões e motivações muito distintas.

O que se buscava com a reivindicação por creches era criar condições para a participação da mulher no mercado de trabalho, problema mais grave para as economicamente desfavorecidas, sem recursos para contratar serviços que permitissem substituí-las nas funções domésticas e maternas.

Para as feministas, a reivindicação por creches se insere no quadro mais amplo da redefinição dos papéis familiares, da luta das mulheres por sua autonomia (Rosemberg, 1984), enquanto para as mulheres da periferia isso não necessariamente está em pauta. Sua adesão à luta por creches enquadra-se na sua participação mais geral nos movimentos sociais de bairro, onde a questão da mulher não está explicitamente colocada. A simples participação, entretanto, a situa num espaço novo, público, expondo-a a uma nova experiência, que transcende o espaço doméstico. Convém ressaltar que no caso do movimento de luta por creches na periferia de São Paulo, suas protagonistas eram fundamentalmente donas-de-casa que não trabalhavam remuneradamente, embora muitas – não todas – tivessem a perspectiva de fazê-lo. Isto revela seu caráter primordial de luta de bairro, por melhoria das condições de vida local.

5 Destacam-se, entre outros, os Congressos da Mulher Metalúrgica realizados em São Paulo e São Bernardo do Campo (SP) em 1979, como reflexo das greves operárias de 1978 que tiveram impulso no ABC Paulista (região industrial próxima à cidade de São Paulo). O 2º Congresso da Mulher Metalúrgica aconteceu em São Paulo em 1985 e em 1986 assiste-se ao I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, organizado pela CONCLAT (Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras), com a participação de delegações rurais e urbanas de todo o país, totalizando mais de 4 mil participantes.

Enquanto as feministas se engajam nesta luta em oposição a seu papel tradicional de "mãe", no sentido de redefini-lo através de instituições públicas que se encarreguem da educação das crianças, é precisamente no cumprimento deste papel de mãe, motivadas por ele, que as mulheres atuam nestes movimentos. Buscam melhorar as condições de vida de sua família, melhores oportunidades de educação e alimentação para seus filhos, através das lutas por melhorias urbanas no bairro, por creches, posto de saúde etc., diretamente vinculadas a seus problemas cotidianos de mãe de família. O papel de mãe é o legitimador de sua participação na esfera pública, seja no exercício de uma atividade remunerada, seja em sua atuação política, como comentei em trabalho anterior (Sarti, 1985)⁶. Esse papel legitima e motiva sua saída de casa. A perspectiva das feministas, ao saírem de casa, é deliberadamente a transformação deste papel.

A unidade, sem a clara explicitação das diversidades, foi a marca do movimento de mulheres até, pelo menos, o início dos anos 80, quando ainda se mantinham aglutinados os grupos, em torno das questões unitárias e da luta oposicionista pela democracia. As perspectivas e motivações eram distintas, a partir de condições sociais diversas; o feminismo ficou restrito, enquanto ideologia e prática, a apenas um setor do movimento de mulheres. Alegando a prioridade de combater o autoritarismo e as desigualdades existentes na sociedade brasileira, algumas tendências relegavam a um plano secundário a problemática feminista. Havia a conhecida oposição entre as tendências – vinculadas a grupos políticos organizados – que privilegiavam as lutas gerais, tentando impor seu programa e desqualificando a questão da mulher; e a tendência que assumia o feminismo como bandeira de luta, defendendo a autonomia do movimento de mulheres. Mesmo dentro desse setor que se autodenominava feminista, persistiam as clivagens.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres, em todos os pontos do país onde se desenvolveu. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente em questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Essa tendência desenvolve sobretudo uma prática de grupos de pressão. A outra vertente preocupa-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através dos grupos de estudos, de reflexão, ou convivência.

O MOVIMENTO CONSOLIDADO

A partir de 1978, o movimento de mulheres se consolidou no quadro das forças políticas emergentes no país. Com a consolidação do processo de abertura no final dos anos 70, novos caminhos vão surgindo e as diferenças aparecem mais claramente. Abrem-se novos espaços para discussões políticas de interesse geral e a velha oposição luta geral *versus* luta específica, que marcou o início do movimento, embora atuante, perde força e

as mulheres conseguem voltar-se mais para seus próprios problemas. Explicita-se um discurso feminista, onde o que está em jogo são as relações de gênero⁷. As idéias feministas difundem-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas propiciadas pelo clima receptivo das demandas de uma sociedade modernizada como a brasileira. Na tentativa de responder às inúmeras inquietações, sobretudo da população feminina, que ocupava espaços públicos e trabalhava remuneradamente, deslocada de seu lugar tradicional e carente de novas referências no plano pessoal e social, os meios de comunicação abriram espaço para a questão da mulher, conferindo, ainda que indiretamente, maior visibilidade e credibilidade ao movimento social.

Os grupos feministas se alastraram pelo país; houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Nas eleições parlamentares de 1978, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as feministas apresentaram aos candidatos documentos contendo suas reivindicações. Seu apoio político foi condicionado ao compromisso do candidato com essas reivindicações. Pela primeira vez, grupos de mulheres engajaram-se na campanha eleitoral de alguns candidatos com a propaganda específica.

O ano de 1980 foi o de mais intensa mobilização dos grupos de mulheres enquanto movimento coletivo, reunindo mulheres em situações muito distintas. Em São Paulo foi realizado o 2º Congresso da Mulher Paulista, com cerca de quatro mil mulheres. Ao mesmo tempo que demonstrou o auge da capacidade de aglutinação dos grupos, foi o momento onde começaram a se explicitar mais claramente os conflitos internos e as dificuldades de manter a unidade no movimento de mulheres, em face de sua heterogeneidade⁸. Radicalizava-se o movimento com a emergência de temáticas que tocavam mais direta e abertamente nas relações de gênero, como foi o caso da questão da violência contra a mulher, evidenciada pelo protesto contra casos de assassinatos e espancamento de mulheres por seus maridos, através de denúncias, passeatas etc. Em Belo Horizonte (MG) foi organizado por grupos feministas, em agosto de 1980, o *Centro de Defesa dos Direitos da Mulher*, iniciativa pioneira, repetida em outras cidades. Em São Paulo, o tema da violência contra a mulher foi inicialmente proposto no 2º Congresso da

6 Sobre a participação das mulheres em movimentos populares, ver Caldeira (1987).

7 O livro *Mulheres em Movimento*, organizado pelo Projeto-Mulher do IDAC (Instituto de Ação Cultural, no Rio de Janeiro), assim como a imprensa feminista que passa a ter a partir de 1980, no jornal *Mulherio*, feito em São Paulo, seu principal órgão de expressão, refletem a diversidade das questões em pauta. Com pesos e relevância distintos no conjunto do movimento, discutia-se a educação, o direito, o trabalho, a saúde, os meios de comunicação, a sexualidade, o aborto, a creche, a violência sexual, além de questões como um novo saber, novas formas de expressão e novas relações interpessoais, que se pretende a partir de uma perspectiva feminista.

8 A discussão abrangente das contradições e conflitos internos do movimento de mulheres podem ser encontradas nas análises de Moraes (1982 e 1985); Goldberg (1982); Schmink (1981); Pontes (1986) e Alves & Barsted (1987).

Mulher Paulista e retomado no Encontro Feminista de Valinhos, de onde saiu a idéia da criação do *S.O.S. Mulher*, efetivada em outubro de 1980. No Rio de Janeiro formou-se a *Comissão contra a violência* e em outubro de 1981 começou a funcionar o *S.O.S. Mulher* em Porto Alegre. Estas entidades visavam dar atendimento jurídico e psicológico a mulheres vítimas de violência.

No começo dos anos 80 deu-se também a volta das exiladas ao país, depois da anistia de 1979, fenômeno que contribuiu para fortalecer a tendência feminista dentro do movimento de mulheres. As brasileiras que viveram na Europa o exílio posterior a 1964 trouxeram em sua bagagem a influência de um movimento feminista atuante (Lima, 1983) o que repercutiu tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política.

A UNIDADE DESFEITA

O tema da violência manteve acesa a chama do movimento de mulheres durante o ano de 1980, enquanto o ano de 1981 poderia ser (ironicamente) chamado de "ano da violência interna", nas palavras de Moraes (1985), com o aprofundamento e a explosão das tensões que vinham se acumulando desde o início do atual movimento de mulheres. As dificuldades de se lidar com a unidade na diversidade, respeitando as diferenças internas, sobretudo quando estas nem se quer se explicitavam claramente, desgastaram a relação dos grupos feministas com os outros grupos (grupos "femininos"). Estabeleceu-se uma unidade no vazio, que perdeu o sentido num momento em que ser oposição já não era mais suficiente como elemento de união, em face da abertura de novos espaços políticos. Justamente o caráter fundamentalmente "político" do movimento de mulheres, em detrimento das questões específicas da mulher, era motivo de forte descontentamento para a corrente identificada com o feminismo, enquanto luta contra a opressão sexual.

Havia, ainda, os conflitos dentro do próprio feminismo. As diferenças entre os grupos, sua heterogeneidade social, vieram a se acentuar com o surgimento do movimento homossexual, explicitando suas reivindicações; o entrecruzamento também com o movimento negro deixou mais nítida a dificuldade de se lidar com o diferente dentro do feminismo (Carneiro & Santos, 1985). Estas cisões e a dificuldade de incorporá-las apareceram no movimento de mulheres, com maior ou menor ênfase, de todos os estados do país onde o feminismo se consolidou. Os grupos feministas passaram a exigir espaço para sua especificidade, relegada a um plano secundário diante da prioridade da unidade do movimento. Essa situação, aliada às brigas constantes entre tendências "políticas" versus "feministas" impediu a continuidade das manifestações unitárias do movimento, cindindo as comemorações do 8 de março, como aconteceu em São Paulo, em 1981. A idéia de uma Federação de Mulheres, que rondou o movimento, parecia cada vez mais distante.

Como aponta Moraes (1985, p. 10), "o movimento de mulheres achava-se rompido e o tempo demonstrou que o feminismo apareceria sob novas formas".

Nos anos 80, ao mesmo tempo em que se alastrava pelo país a consciência social da opressão da mulher, os

grupos feministas e suas atividades se atomizavam. Os núcleos perdem seu caráter genérico e organizam-se em torno de questões específicas. Esvaziam-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina (Moraes, 1985) e ganha força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional.

Merecem destaque os grupos que se desenvolveram em função da problemática da saúde, da sexualidade e da reprodução, oferecendo serviços médicos e assistência psicológica e pondo em prática as reivindicações feministas. Foi o caso do *S.O.S. Corpo de Recife* (PE), da *Casa da Mulher de São Paulo*, da *Casa da Mulher do Grajáú* (SP) e do *Coletivo Sexualidade e Saúde* (SP).

Estes grupos foram criados a partir da crítica à política do governo na área da saúde, que até recentemente ingorava a mulher, ou simplesmente tentava impor programas de controle, sem qualquer consulta à população a ser atingida. Representam um avanço, como afirma Barroso (1985, p. 63), no sentido de "mostrar a maturidade do movimento que, sem abdicar de sua autonomia, dialoga com o Estado, propondo-lhe linhas de ação".

Ainda dentro da tendência à especialização, desenvolve-se amplamente no país a pesquisa sobre mulher, sobretudo na área de Ciências Humanas, o que inclui ciências sociais, demografia, psicologia, letras, comunicações, história etc. De iniciativas individuais, num ambiente acadêmico inicialmente pouco receptivo, chegando mesmo a ser hostil, passa por uma fase de expansão e institucionalização crescentes.

Criam-se núcleos de estudos sobre mulher em universidades de oito estados diferentes e sua presença é cada vez mais marcante nas associações e reuniões científicas. Embora os estudos sobre mulher sejam hoje reconhecidos e legitimados, persistem problemas, relacionados principalmente a seu isolamento e à falta de diálogo com as Ciências Humanas como um todo. A tendência ao gueto permanece (Costa *et alii*, 1985).

Observa-se uma verdadeira explosão do assunto no mercado editorial, com inúmeros livros, artigos e revistas voltados para a condição feminina.

Formam-se centros de documentação, entre os quais o CIM (Centro de Informação Mulher), em São Paulo, que dispõe de um acervo buscando aglutinar a informação sobre mulher, especialmente no que diz respeito às organizações feministas e ao movimento de mulheres no país.

Os eventos de 1982 evidenciaram um movimento ainda atuante, mas diversificado em suas formas de manifestação. Aconteceu o *Tribunal Bertha Lutz*, em São Paulo, um espetáculo organizado por um grupo de feministas que forjava um julgamento da discriminação da mulher no trabalho, ao lado de dramatizações, música e dança em torno do tema. A intenção era de buscar uma nova linguagem, dar à luta política uma expressão cultural através de uma proposta estética inovadora. Em setembro do mesmo ano foi realizado também em São Paulo o *Festival Nacional de Mulheres nas Artes*, coordenado por Ruth Escobar e financiado pela revista *Nova* da Editora Abril. Além de permitir a exposição da criação feminina nas artes (cinema, teatro, literatura, música, dança e artes plásticas), o festival foi um acontecimento em si, com a presença de delegações femininas de várias partes do

mundo. Propiciou espaço para a apresentação dos trabalhos feministas de diversas partes do país, através de recursos variados como os audiovisuais, a teatralização etc. (Moraes, 1985). O festival foi, ainda, animado pelo clima de efervescência que antecedeu as eleições de novembro.

AS ELEIÇÕES DE 1982

O ano de 1982 culminou com a realização de eleições parlamentares e, pela primeira vez desde 1964, para governador dos estados. O sistema bipartidário estava extinto e a reorganização partidária dividiu a oposição em três partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro da antiga oposição, o MDB, mantendo ainda o caráter de frente oposicionista e incluindo em suas fileiras os comunistas ortodoxos (PC); o Partido dos Trabalhadores (PT), articulado em torno das lideranças sindicais que surgiram no fim dos anos 70, tendo na figura de Luís Inácio da Silva (Lula) seu principal representante, ao lado de intelectuais e remanescentes dos grupos de esquerda no país. O terceiro foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT), articulado em torno da herança do trabalhismo, que se iniciou com Getúlio Vargas e manteve-se através de Leonel Brizola, exilado nos anos da ditadura e posteriormente governador do Rio de Janeiro.

Essas eleições foram particularmente importantes, pelas mudanças ocorridas nas instâncias do poder. O apoio majoritário da população à oposição redefiniu o comando do país. Garantiu aos partidos oposicionistas o governo dos estados economicamente mais importantes, reduzindo o poder do partido da situação (PDS), aos estados do nordeste, mais pobres e politicamente atrelados ao velho estilo clientelista.

Diante da divisão interna ao movimento de mulheres e do feminismo também fragmentado, as mulheres que participaram da campanha eleitoral organizaram-se em função de seu apoio a determinadas candidaturas, polarizando-se entre os partidos de oposição, sobretudo o PT e o PMDB. A divisão entre os grupos de mulheres era explícita, o que definiu sua relação posterior com o poder que se instituiu (Moraes, 1985).

O debate que girou em torno da reorganização partidária e da campanha eleitoral, envolvendo todas as questões em pauta no país, incluiu as reivindicações feministas. Surgiram algumas candidaturas identificadas com o feminismo, tanto no PT quanto no PMDB, dentro de um quadro geral onde se buscavam propostas novas, relacionadas à ecologia, à discussão do problema das drogas e identificadas também com a questão do índio, do homossexual e do negro.

Depois das eleições de 1982, acentuou-se a tendência a uma atuação mais especializada, menos genérica. Várias mulheres ingressam na administração pública. A mudança na composição do poder alimentou as esperanças de maior espaço para atender suas reivindicações.

Com penetração maior no tecido social, o feminismo atua de forma setorializada. As feministas, na administração pública, em suas agremiações políticas ou em suas áreas

profissionais específicas, atuam no sentido de ter incorporada sua perspectiva de vida e de trabalho. A atuação mais setorializada, em lugar da unidade em torno de princípios gerais que marcou o início do movimento, caracteriza o movimento de mulheres hoje.

AS TRABALHADORAS RURAIS

Fato novo que merece destaque é a recente mobilização das trabalhadoras rurais.

Em 1978, quando o eco das reivindicações das trabalhadoras urbanas já se fazia sentir em seus sindicatos e associações profissionais, realiza-se o 3º Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas). É proposto um programa de redistribuição de terras, sem que em momento algum as mulheres fossem mencionadas como possíveis beneficiárias: postularam as vantagens das explorações familiares, ignorando o desempenho da mulher, sem pensar que todos os seus argumentos seriam invalidados se não houvesse, na família, a presença desta figura, como salientou Spindel (1985), dada a importância do papel feminino neste tipo de produção. Seu trabalho não é reconhecido como tal, mas considerado parte de suas obrigações domésticas.

Mulheres ativas politicamente não é novidade no campo. É recorrente em nossa história o fato de as mulheres, cujos maridos, líderes camponeses, foram assassinados a mando dos proprietários de terra, substituírem-nos em sua luta. O inusitado está nos encontros para discutir a situação específica da trabalhadora rural. De Encontros Regionais, passou-se para Encontros Estaduais e o ano de 1986 culminou com a realização do I Congresso Nacional de Mulheres Rurais, contando com a presença de 350 delegadas de todo o país. Bandeiras comuns a todas as mulheres rurais, independente das diferentes condições de trabalho nas diversas regiões do país, são a luta pela sindicalização feminina e a exigência de que o título de posse da terra seja também outorgado às mulheres, quer tenham família constituída ou sejam solteiras.

Esta última reivindicação foi uma constante nas discussões do Plano Nacional de Reforma Agrária proposto pelo atual governo, questão que, ao lado das tensões cada vez mais graves em torno dos conflitos de terra, reacendeu os ânimos dos trabalhadores rurais nestes últimos anos.

OS CONSELHOS DA CONDIÇÃO FEMININA

A criação de um organismo no mais alto nível governamental, que centralizasse as atribuições de estimular, promover e garantir a igualdade entre os sexos, consta do Plano Mundial da Década, sendo reafirmada em 1980, na Conferência de Copenhague, sobretudo a partir da avaliação das experiências nacionais existentes (Costa, 1985).

Esta questão, no entanto, esteve ausente do debate nacional, tanto a nível governamental quanto não-governamental – partidos ou movimentos sociais até o início dos anos 80. A questão da autonomia do movimento de mulheres, em relação aos partidos ou ao Estado, esteve

sempre presente. O que parece ter sido o elemento decisivo na ausência da discussão sobre esse tipo de órgão governamental foi o caráter autoritário do governo. O movimento de mulheres corria paralelamente à política institucional oficial. Não havia diálogo, ou inter-relação. O movimento, em sua fase inicial, quando a abertura política não estava ainda consolidada, não fazia proposições ao nível das políticas públicas.

O debate sobre a criação de um organismo governamental que congregue as atribuições de garantir o fim da discriminação da mulher começou a ser efetivamente levado adiante quando se instaurou o governo democrático pós-1982.

A redefinição do comando dos estados, com a eleição de candidatos da oposição nos estados mais desenvolvidos, abriu espaço para a criação deste tipo de organismo, voltado para a definição de políticas com relação à mulher, dentro da estrutura administrativa do governo do estado. Os estados pioneiros foram São Paulo e Minas Gerais.

Destaca-se por sua repercussão a nível nacional a criação, em agosto de 1985, por iniciativa do Conselho Estadual de São Paulo, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, das *Delegacias de Defesa da Mulher* que contaram inicialmente com cinco postos de atendimento na cidade de São Paulo e em algumas cidades do interior. As delegacias dirigem-se às mulheres vítimas de estupro, espancamentos (que correspondem ao maior índice de denúncias), ou qualquer outra forma de violência. Na idéia de sua criação está implícito o objetivo de evitar os constrangimentos que inibem as mulheres a denunciarem publicamente crimes de natureza sexual. Para isso, a equipe de atendimento é composta apenas de mulheres. Uma das questões prioritárias do Conselho de São Paulo é a formação de recursos humanos para as delegacias, capacitando as agentes policiais e jurídicas para esse tipo de atendimento. As 33 delegacias existentes hoje no país estão distribuídas em 18 estados, com amplo apoio popular.

A amplitude da atuação dos Conselhos da Condição Feminina é surpreendente, sobretudo considerando os limites de não contarem com recursos próprios. De uma atuação sobretudo simbólica, permitindo a difusão de uma consciência social das desigualdades sexuais, os Conselhos têm conseguido ir adiante e romper, ainda que a passos lentos, a estrutura impermeável das administrações estaduais e garantir cada vez maior espaço para políticas efetivas dirigidas à mulher. Hoje estes Conselhos estendem-se a mais quatro estados e foram instalados, também a nível municipal, em doze cidades brasileiras.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Quase dez anos de uma experiência significativa e muitas reivindicações tinham sido o saldo da organização das mulheres brasileiras por seus direitos, quando, em 1984, é deflagrada no país inteiro a Campanha Diretas-Já, reivindicando eleições diretas para Presidente da República.

Apesar da intensa mobilização, foi derrotada no Congresso a emenda que institua as eleições diretas para Presidente. Mas a luta sucessória prosseguiu. A Aliança Democrática (uma composição heterogênea, formada pelo PFL – Partido da Frente Liberal, facção dissidente do PDS, partido da situação – e pelo PMDB) lançou a candidatura de Tancredo Neves para a presidência contra o candidato do governo, Paulo Maluf. Como resultado da força da oposição expressa na campanha pelas diretas, Tancredo foi eleito pelo Congresso Nacional. Morreu, entretanto, antes de tomar posse. A chamada *Nova República*, que se instituiu ainda pelo voto indireto, teve como seu primeiro presidente um civil, José Sarney, o vice de Tancredo, pondo fim a 21 anos de governos militares.

A experiência acumulada da organização das mulheres decisivamente contribuiu para que entrasse em discussão, já desde a época em que Tancredo Neves era candidato, a criação de um Conselho da Condição Feminina a nível nacional. A proposta é efetivada com a posse do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, em setembro de 1985. Constituiu um marco histórico, por ser a primeira vez que, no governo federal, se reconhece a existência da desigualdade sexual e da importância da atuação das mulheres no Brasil.

O País começa, assim, a dar os primeiros passos, a nível federal, no sentido de uma política global que garanta às mulheres a plena cidadania dentro de uma estratégia global de construção de uma democracia. Constitui a iniciativa mais significativa, por sua abrangência a nível nacional, no sentido de garantir às mulheres brasileiras o reconhecimento de suas reivindicações e seus direitos. Seu caráter multipartidário contribui para a amplitude de sua atuação. Sobretudo, é um claro indício de novos ares soprando. Expressa mudanças por parte dos órgãos governamentais, que passam das meras declarações formais para o terreno das ações concretas, implementando políticas dirigidas à mulher.

AS ELEIÇÕES DE 1986 E A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Ao clima de efervescência que habitualmente antecede as eleições parlamentares, aliou-se em 1986 a disputa em torno da escolha da nova Assembléia Constituinte, composta pelos deputados federais e senadores eleitos por cada estado e responsável por redigir a Constituição que norteará o país, marco fundamental para a consolidação da democracia.

Embora se tenha atualmente um governo civil, os resquícios do autoritarismo implantado no país pelos governos militares a partir de 1964 ainda se fazem sentir. Basta relembrar que o presidente da República não foi escolhido pelo pleito direto, mas indiretamente pelo Congresso Nacional. Neste contexto, a nova Carta Magna emerge como o passo decisivo para uma mudança institucional efetiva.

Os esforços dos grupos políticos e interesses econômicos atuantes no país concentram-se neste momento em garantir sua representação na nova ordem que se delineia. Assim também as mulheres que estiveram politicamente ativas nesta última década.

Esta Constituinte revela uma face nova: a presença de uma bancada feminina: 26 mulheres obtiveram uma expressiva votação entre os 559 eleitos para elaborar a nova Constituição. O fato é historicamente inédito. Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz era a única deputada a integrar a Constituinte⁹ e, na de 1946, nenhuma mulher foi eleita. O quadro aparentemente pouco significativo de se deter 5% das cadeiras do Congresso assume outra dimensão quando se atenta para o fato de que as mulheres constituintes eleitas em 1986 superaram o número total de mulheres que passaram pelo congresso, com mandato próprio, em toda a história da República. Ou seja, as mulheres superaram nas últimas eleições "todos os marcos eleitorais anteriores" (Jordão, 1987). Mais um dado inusitado é a presença, entre as deputadas, de uma negra.

A composição da bancada feminina é heterogênea. Em termos de sua vinculação partidária, no conjunto da votação do congresso obtida por cada partido, os partidos de esquerda elegeram mais mulheres do que os de direita. Segundo cálculos de Jordão (1987), o PDS elegeu 6% dos constituintes e apenas 1% das mulheres, o PFL elegeu 26% do total e 27% das mulheres e o PMDB, 53% do total, mas 38% das mulheres. Os partidos de esquerda, entre eles, os comunistas (de linha soviética e chinesa, agora na legalidade), o socialista e o PT, elegeram 5% das cadeiras do congresso e 15% das mulheres. Com isso, a bancada feminina tem uma composição diferente do conjunto do congresso, com a balança pendendo um pouco mais para a esquerda e uma provável atuação mais progressista. A composição regional, entretanto, é desfavorável, uma vez que os estados menos influentes fizeram a maior parte da bancada.

A eleição das mulheres não esteve diretamente ligada à sua atuação na arena política. Os mecanismos que levaram à sua presença no Congresso não estão necessariamente relacionadas à militância política das candidatas. Algumas são militantes partidárias ou feministas de longa data; outras, no entanto, foram eleitas graças ao prestígio político de seus pais ou maridos. Uma coisa, no entanto, parece certa. O peso significativo do movimento de mulheres entre as lutas sociais do país nos últimos anos trouxe à tona a discussão, ao nível do Congresso, das questões levantadas por este movimento, tais como equiparação salarial, igualdade no código civil, creches, entre outras.

O elemento decisivo na atuação das mulheres constituintes é o impacto das demandas políticas postas em pauta pelo movimento social. O feminismo, hoje, aparece fragmentado, setorizado. No contexto de autoritarismo prevaleceu a unidade em face dos anseios pela democracia. Com a abertura política as alianças enfraqueceram-se. A marca da heterogeneidade predominou, acentuando as diferenças e os conflitos.

Neste processo, o feminismo institucionalizou-se, sobretudo através da participação no aparelho de Estado, o que traduziu seu reconhecimento, sua legitimidade e significou um canal de pressão efetivo sobre as decisões. Mas correspondeu também à sua perda de terreno enquanto movimento social, a nível da sociedade civil.

O movimento social das mulheres explicitou uma questão. Este é o saldo mais evidente. Sua repercussão fez com que a identidade de gênero aparecesse socialmente como um problema a ser levado em conta. Por isso, embora ainda não estejam claramente traçados os

contornos definitivos da Nova Constituição, tudo indica que o impacto das recentes lutas sociais das mulheres ressoará na nova ordem institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. E. The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the Brazilian transition to democracy. PhD Dissertation, Yale University, 1986.
- ALVES, B. M. & BARSTED, L. L. Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família no Brasil. In: Ribeiro, I. (org.). *Família e valores*. São Paulo, Loyola, 1987.
- _____, & PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo, Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos - 44).
- BARROSO, C. *A saúde da mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- BRUSCHINI, C. *Mulher e trabalho*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CALDEIRA, T. P. R. Mujeres cotidianeidad y política. In: JELIN, E. (org.) *Ciudadanía y identidad: la mujer en los movimientos sociales en América Latina*. Genebra, UNRISD, 1987.
- CANDIDO, A. The Brazilian family. In: SMITH, L. & MARCHANT, A. (eds.). *Brazil, portrait of half a continent*. New York, Dryden, 1951, p. 291-312.
- CARDOSO, R. A adesão dos homens ao feminismo: uma estratégia de sobrevivência. São Paulo (mimeo), 1983 (7º Encontro Anual da ANPOCS).
- CARNEIRO, S. & SANTOS, T. *Mulher negra*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). *Mulher e Constituinte*. Brasília, CNDM, 1985.
- COSTA, A. O. *A política governamental e a mulher*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- _____, BARROSO, C. & SARTI, C. Pesquisa sobre a mulher: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa* (54): 5-15, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1985.
- FREYRE, G. *Casa Grande e senzala*. 20ª ed., Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/INL-MEC, 1980.
- GITAHY, L.; HIRATA, H.; LOBO, E. & MOYSES, R. Operárias: sindicalização e reivindicações (1970-80). *Revista Cultura e Política*, São Paulo, Cortez, 1982.
- GOLDBERG, A. Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (mimeo), 1982 (XII Congresso Mundial da IPSA).
- LIMA, V. da R. Women in exile: Becoming feminist. Rio de Janeiro, CPDOC (mimeo), 1983.
- JORDÃO, F. A bancada feminina na Constituinte: maior e melhor do que parece. São Paulo, *Mulherio* 7 (27) dez./fev. 1987.
- MORAES, M. L. Q. Família e feminismo. Reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. São Paulo, Tese de Doutorado (mimeo), FFLCH-USP, 1982.
- _____. *Mulheres em movimento*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- NUNES, M. J. F. R. *Vida religiosa nos meios populares*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- PENA, M. V. J. A participação das mulheres na luta dos trabalhadores e no movimento sindical. In: *Mulher trabalhadora*, Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1986.
- PONTES, H. Do palco aos bastidores: o S. O. S. Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. Campinas, Dissertação de Mestrado (mimeo), IFC da UNICAMP, 1986.
- ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa* (51): 73-79, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984.
- SARTI, C. É sina que a gente traz (ser mulher na periferia urbana). São Paulo, Dissertação de Mestrado (mimeo), FFLCH-USP, 1985.
- SCHIMINK, M. Women in Brazilian "abertura" politics. *Signs*, 7 (1): 115-33, 1981.
- SPINDEL, C. A "invisibilidade social" do trabalho da mulher na agricultura. Águas de São Pedro (mimeo), 1985 (9º Encontro anual da ANPOCS)

9 Almerinda Gama foi a outra mulher presente na Constituinte, como um dos 40 delegados classistas (20 representantes dos sindicatos patronais e 20 representantes dos sindicatos de trabalhadores), que também participaram na elaboração da Constituição de 1934 (CNDM, 1985).